

1 ATA 4ª REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO

2

3 No dia 06 do mês de dezembro de 2018, na sala de reuniões do Biotic, reuniu-se o Comitê de
4 Investimentos e Negócios de Impacto, instituído pelo Decreto nº 6.244, de 27 de dezembro de
5 2018, e designado pela Portaria MDIC nº 252-SEI, de 06 de fevereiro de 2018, para tratar da
6 seguinte Pauta:

7

- 8 • 1) Relato da Missão para Portugal no âmbito do Projeto EUROsociAL;
- 9 • 2) Apresentação do Projeto de Lei do deputado estadual Hermano Moraes que institui a
10 Política Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social;
- 11 • 3) Apresentação do Parecer do GT4 sobre possibilidade de investimento de institutos e
12 fundações em negócios de impacto;
- 13 • 4) Adesão do Comitê à Coalizão para os Fundos Patrimoniais;
- 14 • 5) Relatório Anual de Atividades do Comitê;
- 15 • 6) Outros Assuntos

16

17 A abertura da sessão foi realizada pelo Secretário de Inovação e Novos Negócios, senhor Rafael
18 Henrique Rodrigues Moreira, que disse que: *“Estarei às 14h com a equipe de transição do Paulo
19 Guedes, e que irá agradecer o trabalho do Comitê, em especial em nome da equipe técnica, do
20 Lucas Maciel, que tem trabalhado junto com todos os atores. Agradecerei também o ICE, o
21 Sistema B, o Sebrae, Apex a Anprotec e todos os instituições que nos ajudam com a Enimpecto.
22 Quero agradecer todo o apoio e os resultados alcançados em 2018. Eu até brinquei que, pelos
23 resultados alcançados, vou sugerir que todo o tema que for relevante para o próximo governo,
24 seja endereçado para a equipe responsável pela Enimpecto, dada a capacidade de fazer o
25 assunto aparecer e se tornar relevante. Fiquei muito satisfeito com os resultados deste Comitê,
26 me refiro também ao G-20, ao trabalho do Itamaraty. Sobre o governo de transição, eles me
27 questionaram sobre os assuntos que poderiam ser levados para a próxima administração e sobre
28 a estrutura necessária para levar esses temas comparada com outros países, sobretudo
29 Argentina, Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e Chile. Eu já disse que esse tema é relevante,
30 é quente e tenho percebido uma sensibilidade grande da equipe de transição no sentido de ouvir,
31 coletar as informações... Avalio que têm grandes chances desse assunto continuar no próximo
32 governo. Obviamente não sabemos a nova estrutura e nem a nova arquitetura do novo
33 Ministério. Existem modelos propostos, eu inclusive já dei minha opinião sobre esses modelos,
34 mas não tenho ainda a versão final de como vai ficar, mas esse tópico (investimento de impacto)
35 está lá elencado como um dos temas prioritários em uma nova Secretaria que tende a ser uma
36 fusão da Inovação, da Competitividade Industrial e um pedaço da Produtividade. É o que está
37 aparecendo aí em um primeiro esboço ainda sem uma confirmação clara. Então eu acredito que
38 medidas como as que tem aqui, como as questões regulatórias, são ideias muito bem-vindas,
39 haja visto o grande problema fiscal. O Presidente eleito Jair Bolsonaro tem um espaço para
40 manobra de 5,7% do orçamento da união. Vai ser necessária, portanto, uma estratégia muito
41 bem desenvolvida do lado fiscal. Então, nessa reunião, eu quero primeiramente agradecer o que
42 foi feito e, olhando para a frente, dizer como estão sendo tratados esse assunto na equipe de*

43 *transição. Provavelmente haverá uma Secretaria Especial que trata da Produtividade e, abaixo*
44 *dela, duas ou três secretárias que tratariam de comércio, indústria, inovação... Essa é um pouco*
45 *da situação, não tem ainda o martelo batido, mas acredito que isso vai demandar um tempo*
46 *mais longo dada a complexidade da fusão, dificilmente estará resolvido no dia 05 de janeiro.*
47 *Provavelmente vai se arrastar ao longo de janeiro. Então Lucas, por favor, eu passo a palavra*
48 *para o meu Secretário Executivo, para dar encaminhamento à pauta”.*

49 Lucas Ramalho agradeceu o Secretário e os presentes, e disse que essa reunião serve para
50 celebrar as conquistas alcançadas em 2018. Lembrou a fala de José Aranha, presidente da
51 Anprotec e anfitrião da reunião, sobre a etimologia da palavra conquista, “*com pessoas quistas*”,
52 lembrando que são muito queridas as pessoas que participam do Comitê da Enimpecto e que
53 tornaram possível todas as entregas em tão curto espaço de tempo.

54 Com relação ao ponto 1, aprovação da ata da 3ª reunião, Daniela Arantes do BNDES diz que ficou
55 faltando mencionar a Fundação Banco do Brasil na relação de entidades envolvidas na criação
56 do Fundo (linha 106 da ata) e na outra página (linha 162) deve ser trocado “BB” por “FBB”. Como
57 não houve mais nenhuma observação, a Ata da 3ª reunião foi aprovada e passou-se para o ponto
58 seguinte da pauta, que tratou dos informes.

59 Com relação aos informes, foi dito que a Portaria de nomeação dos membros do Comitê será
60 republicada devido a alteração de governo que se aproxima. O segundo informe disse respeito
61 à atualização do Documento-Base da Enimpecto. Foi incluída na pasta dos membros do Comitê
62 uma folha com um resumo das alterações feitas no Documento-Base a partir de reuniões com
63 os líderes nas quais se percebeu duplicações de esforços entre GT’s bem como a ausência de
64 ações importantes que deveriam constar. As alterações serão incluídas em um novo
65 Documento-Base que será republicado, alterando-se a data e indicando as mudanças realizadas.
66 Foi dada a orientação para que novas necessidades de alteração do Documento-Base sejam
67 encaminhadas aos líderes de cada GT, de forma que a avaliação sobre a pertinência delas seja
68 feita nas reuniões de líderes. O terceiro informe se referiu ao PLS nº 338 que trata dos contratos
69 de impacto social. O PLS está sendo apresentado hoje para a Comissão de Assuntos Econômicos
70 pela relatora, Senadora Lúcia Vânia e, como tudo indica, caso seja aprovado, seguirá para a CCJ.
71 Feitos esses informes, o pleno foi instado a compartilhar outros informes. Beto Scretas, da
72 Aliança, pediu a palavra para informar que um papel foi incluído nas pastas dos membros do
73 Comitê com a declaração dos líderes do G-20 sobre os Investimentos de Impacto. “*Avaliamos*
74 *que essa foi uma importante conquista do campo que merece ser compartilhada com todos os*
75 *membros. Foi resultado da atuação global do Global Steering Group e claro, da nossa diplomacia*
76 *brasileira”.* Não havendo outros informes, e considerando o avançar da hora, sugeriu-se a
77 inversão da pauta, iniciando pelo Relatório 2018, passando para a Adesão do Comitê à Coalizão
78 pelos Fundos Patrimoniais; depois para a Apresentação do Parecer do GT4 sobre possibilidade
79 de investimento de institutos e fundações em negócios de impacto; para a Apresentação do
80 Projeto de Lei do deputado estadual Hermano Moraes que institui a Política Estadual de
81 Investimentos e Negócios de Impacto Social; e, por fim, o Relato da Missão para Portugal no
82 âmbito do Projeto EUROsocial.

83 Passando para o primeiro ponto de pauta, Lucas Ramalho afirmou que o Relatório Anual de
84 Atividades, além de registrar tudo que foi realizado pelo Comitê, constrói uma narrativa da
85 importância da Enimpecto, contextualizando as ações e ressaltando marcos relevantes. Para
86 isso, citou a declaração de líderes do G-20 sobre a importância do investimento de impacto, o
87 artigo de dupla autoria do Fórum Econômico Mundial e do Governo Britânico elogiando a
88 atuação brasileira na agenda de negócios de impacto, o artigo da OCDE destacando a Enimpecto

89 e a proposta de criação de uma Estratégia Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto
90 pelo Rio Grande do Norte.

91 Beto Scretas, da Aliança, iniciou a apresentação das entregas do GT1 agradecendo a Secretaria
92 de Inovação pela liderança no tema. Beto destacou 5 entregas: 1 - Proposta de criação de um
93 fundo contábil de investimento de impacto que resolve o problema da falta de dinheiro para
94 negócios de impacto em estágio inicial. 2 – Trabalho de atração de investidores estrangeiros
95 para o Brasil, liderado pelo Jayme da Apex, que fez um esforço de mapeamento e qualificação
96 de investidores para depois contatar esses investidores, em um convênio que a Apex possui com
97 a ABVCAP. 3 – Documento de Perguntas e Respostas feito pela Anjos do Brasil sobre o tema de
98 investimento de impacto, que auxiliará no processo de divulgação e de mobilização de
99 investidores. 4 – Divulgação do Relatório da ANDE que é um raio-x sobre o investimento de
100 impacto no Brasil, apontando quem são os investidores, qual o tamanho do mercado, entre
101 outros assuntos. Por fim, o 5 – Publicação do Sebrae sobre os Instrumentos de Garantia e sobre
102 como eles podem ser um alavancador de recursos para Negócios de Impacto. Para cada R\$ 1,00
103 de garantia é possível alavancar até R\$ 10,00 na ponta, segundo Scretas.

104 Após a apresentação do GT 1, Valéria Barros faz a apresentação das entregas do GT 2,
105 agradecendo a presença da equipe do Sebrae RN e do Sebrae RJ. Valéria pontua seis iniciativas:
106 1 – Aperfeiçoamento do Programa InovAtiva de impacto, que passou a selecionar empresas de
107 impacto mais maduras e passou a atuar em parceria com o Programa de Aceleração de Impacto.
108 2 – Lançamento de e-book sobre como empreender com impacto. 3 – Obtenção do patrocínio
109 para a o lançamento do Mapa de Negócios de Impacto, a ser realizado pela Pipe Social. 4 -
110 Construção de duas fichas técnicas no âmbito do Sebraetec para possibilitar o apoio financeiro
111 para empreendedores de impacto se certificarem e medirem seus impactos. 5 – Publicação das
112 métricas de avaliação socioambiental para entidades de desenvolvimento regional e 6 - Curso
113 de avaliação de impacto pela Enap.

114 Sheila Pires, da Anprotec, fez a apresentação das entregas do GT 3 agradecendo a presença de
115 todos na condição de anfitriã da reunião. Ela destacou as ações mais significativas: 1 - Programa
116 Centelha. Apesar de não ser um programa exclusivo para Negócios de Impacto, permite a
117 conexão de projetos de conclusão de curso com o empreendedorismo, e foi inserido um recorte
118 específico para os negócios de impacto. Essa é uma grande conquista que iniciou semana
119 passada. 2 - Revisão do Programa Nacional de Ambientes de Inovação – PNI, que passou a
120 priorizar temas ligados à agenda de inovação, incluindo os Negócios de Impacto. 3-Programa de
121 Incubação e Aceleração de Impacto – encerrou a terceira rodada e iniciou a quarta rodada.
122 Devido a sensibilização do programa, 56 gestores de aceleradoras e incubadoras estão
123 trabalhando com negócios de impacto e foram realizados eventos em cada uma das cinco
124 regiões do Brasil sobre esse tema. 4 – Publicação do GIFE sobre os investimentos de impacto
125 realizados por institutos e fundações. 5 - Publicação de e-book Sebrae, ICE e Anprotec sobre
126 temática de impacto em ambientes de inovação. 6 – Parceria da Anprotec, MCTIC e CNPq sobre
127 o mapeamento do ecossistema brasileiro de incubadoras e aceleradoras com um recorte
128 especial daquelas que atuam com o tema de impacto.

129 Marcel Fukayama, do Sistema B, fez a apresentação das ações do GT 4, destacando as seguintes:
130 1 – PL de qualificação jurídica para os negócios de impacto (empresas de benefícios); 2 – Parecer
131 entregue à Senadora Lúcia Vânia sobre o PLS nº 338 que trata dos Contratos de Impacto Social;
132 3 – Contribuições ao PL que tramita sobre Fundos Patrimoniais; 4 – Parecer que trata da
133 possibilidade de institutos e fundações investirem em Negócios de Impacto, sem prejuízo das
134 imunidades e isenções fiscais que possuem. Esses dois últimos pontos serão objeto de pauta

135 nesta reunião de forma que Marcel não os detalhou, preferindo concentrar os minutos finais de
136 sua fala nos próximos passos. Ele diz estar trabalhando na agenda do próximo ano, e cita o
137 Decreto nº 9.571, que estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos,
138 afirmando ser importante acompanhar a implementação deste Decreto, que trata também de
139 um selo de diretrizes de direitos humanos. Além disso, pretende trabalhar na criação de pontes
140 no Executivo e no Legislativo e mais dois pontos importantes: 1) Rede Advocacy Coletivo –
141 iniciativa de mais de 25 organizações que atua em quatro temas que foram priorizados: (i)
142 direitos humanos, (ii) meio ambiente, (iii) combate à corrupção e transparência e (iv) nova
143 economia, que trata de muitos temas trabalhados neste comitê. 2) Relatório de Transição
144 elaborado pelo Ministério do Planejamento em novembro, que fala sobre Reformas
145 Microeconômicas, afirmando que a Enimpacto deveria estar contida, ou citada, neste relatório.

146 Após as quatro apresentações, Lucas Ramalho abre a palavra para que os membros do Comitê
147 fizessem as suas contribuições.

148 Edson Barros, do Ministério do Planejamento, diz que o Departamento em que ele atua, dentro
149 da Secretaria de Planejamento, colocou o tema dos Negócios de Impacto no Relatório
150 mencionado pelo Marcel. Ele diz, no entanto, que o tema ficou muito generalista. Ele pede
151 desculpas e diz que irá acatar as observações de Marcel e que irá solicitar uma revisão do
152 relatório de transição.

153 Daniela Arantes, do BNDES, diz que o Acordo de Cooperação Técnica entre as quatro
154 organizações (BNDES, CAIXA, FBB e SEBRAE) para estruturação do Fundo provavelmente será
155 aprovado ainda nesse ano, deixando para 2019 o lançamento da chamada para seleção do
156 gestor do fundo.

157 Mariana Fonseca, da Pipe Social, fala que o Mapa teve três patrocinadores, a Aliança pelos
158 Investimentos e Negócios de Impacto, o Itaú e a Apex e pede para constar essa informação no
159 relatório. A ideia é lançar os dados em março de 2019, depois do carnaval.

160 Fábio Deboni, do GIFE, parabeniza a todos pelas entregas e pergunta o que se espera que se faça
161 com o Relatório, em termos de publicidade e se é possível compartilhá-lo com parceiros. Na
162 página 13, no item 40, diz que seria importante mudar o status para “em andamento”. Lucas
163 Ramalho responde ao questionamento de Fábio, e diz que o Relatório deve ser compartilhado e
164 divulgado o máximo possível tão logo todas as correções sejam feitas e apenas depois que ele
165 for entregue ao Ministro.

166 Beto Scretas, da Aliança, reforça a necessidade deste Relatório ser entregue à equipe de
167 transição e, tão logo a nova equipe seja definida, a Enimpacto possa ser apresentada aos novos
168 dirigentes.

169 Pedro Florêncio, da Casa Civil, parabeniza os membros pelos resultados alcançados e faz um
170 comentário sobre a agenda microeconômica que foi mencionada. Ele afirma que ela perpassa
171 vários ministérios, não só o do Planejamento, e que a Casa Civil a acompanha de perto. Diz que
172 o fato do Ministério do Planejamento não ter dado o devido destaque para a Enimpacto não
173 impede que outros ministérios, incluindo a Casa Civil, o façam. Ele sugere também que a
174 Enimpacto seja incluída na Mensagem Presidencial, que está sendo elaborada pela Casa Civil.

175 Após todas as considerações realizadas, Lucas Ramalho considera o Relatório aprovado com as
176 observações realizadas pelo Comitê e, a pedido do convidado João Hélio, Diretor Técnico do
177 Sebrae RN, altera a ordem de pauta e antecipa a apresentação do processo de construção da
178 Estratégia Estadual.

179 Após mudança na ordem de pauta, João Hélio faz sua fala sobre a Construção da Estratégia
180 Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto. Ele diz ser um tema muito oportuno, novo e
181 que está alinhado com os desafios atuais. Diz que o tema é inovador para o estado do Rio Grande
182 do Norte e que, junto com o Sebrae Nacional, aportaram R\$ 8 milhões na criação de um projeto
183 de fomento a ações de negócios de impacto. Nesse processo, percebeu-se a necessidade da
184 construção de um marco legal, que será apresentado logo mais por Mona Paula. Ele diz que é
185 possível construir um outro mundo possível, mais inclusivo, e passa a palavra para Mona.

186 Mona Paula Nóbrega, do Sebrae RN, inicia sua apresentação falando sobre o ecossistema de
187 impacto no estado e sobre os negócios inclusivos na região, destacando aqueles vinculados às
188 empresas de energia eólica. Em seguida, faz uma apresentação do PL estadual que cria uma base
189 para iniciativas de apoio aos Negócios de Impacto Social no Rio Grande do Norte, destacando
190 que o marco legal coloca os Negócios de Impacto Social como prioridade para o
191 desenvolvimento local. Segundo Mona, o Marco legal 1) cria a Política e a Estratégia Estadual de
192 Investimento para Negócios de Impacto Social, tendo o Governo como indutor; 2) Cria o Comitê
193 Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto; 3) Possibilita ao Poder Executivo conceder
194 tratamento simplificado, diferenciado e favorecido para microempreendedor individual,
195 microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativas.

196 Ela destaca o objetivo da estratégia estadual: atrair investimentos para financiar soluções
197 inovadoras na resolução de problemas sociais, tais como: 1) Recursos de Doações de
198 Organismos Internacionais; 2) Investimento Social Privado; e 3) Investimento Governamental.

199 Após a apresentação da Mona Paula, João Hélio e o Secretário Rafael Moreira pediram licença
200 para deixar o recinto. Lucas Ramalho pede para João Hélio não sair antes dos elogios à sua
201 pessoa e à iniciativa do Estado do Rio Grande do Norte. Lucas diz que é uma experiência muito
202 inspiradora e solicita aos membros do Comitê para que avaliem a possibilidade de realização de
203 ações descentralizadas, nos Estados e Municípios, no sentido de fomentar a criação de
204 estratégias locais semelhantes.

205 Aline Souza, Rachel Karan e Marcel Fukayama, todos do Grupo Jurídico do Sistema B, elogiaram
206 bastante a iniciativa do PL estadual, ressaltaram positivamente o fato da iniciativa usar os
207 mesmos conceitos da Estratégia Nacional e sugeriram que um representante do Comitê
208 Nacional tenha assento no Comitê Estadual para garantir a comunicação entre as instâncias.

209 Carla Pagnussat, do Sebrae Rio, parabeniza a apresentação e sugere que os órgãos de controle
210 façam parte do Comitê porque os gestores tiveram dificuldades com esses órgãos quando
211 lançaram editais de compra de Negócios de Impacto.

212 Fábio Deboni, do GIFE, sugere que no art. 3º sejam incluídos as Organizações da Sociedade Civil
213 (OSCs) como forma de ampliar as possíveis fontes de financiamento da Estratégia Estadual do
214 RN.

215 Lucas Ramalho diz que, caso surjam outras iniciativas como a do Rio Grande do Norte em outros
216 Estados e Municípios, talvez se faça necessário estruturar um Sistema Nacional de Investimentos
217 e Negócios de Impacto, e não apenas uma Estratégia Nacional.

218 Valéria Barros, do Sebrae Nacional, se prontifica a consolidar todas as sugestões do Comitê e
219 enviá-las por e-mail para Mona Paula.

220 Lucas Ramalho passa então para o próximo ponto de pauta, que trata da adesão do Comitê à
221 Coalizão pelos Fundos Patrimoniais. O ponto é aberto por Rachel Karam, do grupo jurídico do
222 Sistema B.

223 Rachel Karam diz que o ponto é relativamente simples, mas que deveria ser apresentado para o
224 Comitê para se certificar que há consenso sobre a matéria. Rachel diz que uma das ações do GT
225 4 contidas no Documento Base da Enimpecto diz respeito a “avançar na regulamentação dos
226 Fundos Patrimoniais (Endowment)”. Nesse sentido, foi convidado o Instituto para o
227 Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) para participar das reuniões do GT 4, uma vez
228 que esta organização é referência no tema. O IDIS ficou então responsável por essa ação no
229 âmbito do GT 4. Até então, o grupo estava trabalhando com dois projetos de Lei: 1) PLS nº
230 16/2015, da Senadora Ana Amélia e 2) PL nº 4643/2012 da Deputada Bruna Forlan. A intenção
231 era avaliar esses projetos de lei e realizar sugestões de melhoria durante a tramitação dos
232 mesmos. O IDIS tomou a frente desse processo e, em junho passado, lançou uma Coalizão para
233 aumentar o poder de pressão e a capacidade de influência na tramitação destes Projetos de Lei.
234 O lançamento da Coalizão inclusive era uma das entregas intermediárias contidas na planilha de
235 controle das sub-ações do GT 4, que demonstrava que as ações estavam caminhando. No dia 2
236 de setembro ocorreu o incêndio do Museu Nacional, dando uma importância muito grande para
237 o tema, de forma que no dia 10 de setembro de 2018, foi expedida a Medida Provisória nº
238 851/2018, que se sobrepôs aos Projetos de Lei anteriores. O IDIS acompanha de perto as
239 audiências públicas sobre o tema. Para evitar repetição de análise e de documentos da Coalizão
240 no âmbito da Enimpecto, sugere-se que o Comitê faça uma adesão formal à Coalizão, que tem
241 a liderança do IDIS e que possui como membros algumas das instituições que também
242 participam do Comitê, tais como o BNDES, o GIFE e o Sistema B. Além disso, o LAB da CVM
243 também participa da Coalizão. A ideia é, que sem prejuízo de todos os trabalhos que já estão
244 sendo feitos, fazer a adesão formal à Coalizão, sem que o IDIS tenha que repetir tudo o que ele
245 faz no âmbito da Enimpecto e do GT4.

246 Lucas Ramalho abre a oportunidade para o Comitê fazer uso da palavra. Alessandro Dantas, do
247 MDIC, pergunta quais as obrigações das organizações que aderem à Coalizão. Rachel responde
248 dizendo que as organizações que aderem passam a receber a pauta das reuniões da Coalizão,
249 bem como os materiais que estão produzidos pelo coletivo. A Coalizão é aberta e o principal
250 benefício é receber em primeira mão os relatórios produzidos pelo grupo e fazer sugestões de
251 modificações legislativas nessa matéria. Além disso, elas têm que autorizar o uso da imagem de
252 suas organizações. Marcel complementa dizendo que além da questão de conteúdo, a
253 participação na Coalizão auxilia muito no processo de mobilização, uma vez que as informações
254 na Câmara são muito rápidas, e deu o exemplo de entrada de pauta do PL que converteria em
255 Lei a MP nº 851/2018 pelo presidente da Câmara Rodrigo Maia.

256 Lucas Ramalho diz que muitas organizações já estão se mobilizando por esse tema e que o
257 Comitê, para ter mais relevância e capacidade de atuação, deve ser capaz de somar esforços e
258 fazer parcerias. Diz ainda que o tema dos Fundos Patrimoniais é fundamental para que institutos
259 e fundações possam ampliar a forma de seus investimentos em Negócios de Impacto. Para
260 exemplificar essa importância, cita a Fundação Calouste Gulbenkian, que foi visitada durante a
261 Missão para Portugal. Ela usa fundos patrimoniais para implementar uma série de ações de
262 apoio aos Negócios de Impacto.

263 Luiz Martins, da Finep, diz que não tem competência para definir se a marca da Finep pode ou
264 não ser usada. Lucas esclarece que não entraria a marca da Finep, mas tão somente a marca da
265 Enimpecto, caso assim seja aprovado pelo Comitê. Luiz Martins diz que há um segundo ponto

266 mais complicado que se refere ao posicionamento da Finep com relação à MP 851/2018. Ele diz
267 que a FINEP é contra alguns pontos contidos na MP, de forma que não pode ser favorável à
268 adesão. Ele foi informado que o capítulo 3 foi retirado, mas que não sabe se essa informação
269 procede. Segundo ele, o capítulo 3 era o principal ponto de divergência, que diz que a FINEP, o
270 CNPq e a Capes não poderiam ser gestoras de Fundo Patrimonial. Segundo ele, se não tivesse o
271 capítulo 3, não veria problema em fazer a adesão.

272 Rachel Karam informa que o capítulo 3 foi retirado do projeto que converte a MP em Lei e que
273 se for desejo do Comitê, pode circular a versão mais atual do texto. Com relação à marca, ela
274 reforça que a marca que seria utilizada seria a da Estratégia, e não das organizações que
275 compõem o Comitê.

276 Edson Barros, do Ministério do Planejamento, diz que o Comitê não deve fazer a adesão porque
277 o mérito dos PLs ainda não foi analisado pelos diversos Ministérios.

278 Lucas Ramalho diz então que o Comitê possui papel de assessoramento e que ele possui
279 mandato presidencial para refletir e produzir conteúdo sobre esse tema. Ele lembra que essa é
280 uma ação estratégica explícita no Documento-Base da Enimpecto, que trata textualmente da
281 “regulamentação dos Fundos Patrimoniais”. Ou seja, segundo Lucas o Comitê deve sim ter um
282 posicionamento sobre as regulamentações propostas para os fundos patrimoniais.

283 Rob Parkinson, consultor da ANDE, e na reunião representando a ABVCAP, diz que as pessoas
284 tendem a associar indiretamente as imagens das logos das organizações constantes nos
285 materiais de divulgação com os resultados dos trabalhos da Coalizão pelos Fundos de
286 Endowment, e demonstrou preocupação que isso possa parecer que toda e qualquer ação
287 tomada pela Coalizão seja subentendida como tendo sido subscrita e tenha tido o aval de todas
288 as organizações. Solicitou também mais detalhes sobre o processo de governança da Coalizão,
289 explicando o processo de tomada de decisões entre as várias organizações que a compõem.

290 Edson Barros, do MPOG, faz coro às colocações de Rob Parkinson e diz estar preocupado sobre
291 como a adesão do Comitê à Coalizão pode ser avaliada pela sociedade e pelo governo. Do ponto
292 de vista pessoal ele se diz favorável à proposta, mas do ponto de vista do governo ela deve ser
293 vista de outra forma. Por isso, na condição de representante do MPOG, ele pede cautela e
294 solicita que a decisão de aderir à Coalizão seja adiada, votando contrariamente à proposta de
295 adesão.

296 Pedro Florêncio, da Casa Civil, ressalta que o Comitê é uma instância de assessoramento e não
297 possui caráter deliberativo, conforme enfatizado por Lucas Ramalho. No entanto, ele destaca
298 que o Comitê deve ter uma preocupação de atuar em sintonia com as diretrizes do governo.
299 Como vários dos órgãos aqui presentes serão consultados sobre essa matéria, é eventualmente
300 possível que algumas posições vão de encontro com o posicionamento deste Comitê, de forma
301 que não deveríamos deliberar esse tema, postergando a decisão para aguardar o
302 posicionamento dos órgãos. Ele vota pela abstenção.

303 Lucas Ramalho, ao ouvir a posição de instituições importantes, como o Planejamento e a Casa
304 Civil, decide retirar de pauta a proposta de adesão do Comitê à Coalizão pelos Fundos
305 Patrimoniais e posterga a decisão para um outro momento.

306 Aline Souza, do Grupo Jurídico do Sistema B, propõe então a adoção de uma medida alternativa,
307 em que todos saem ganhando. A proposta dela é a de que o Comitê participe da Coalizão na
308 condição de ouvinte, de forma que todos os materiais elaborados pela Coalizão sejam
309 automaticamente transmitidos ao Comitê.

310 Alessandro Dantas, do MDIC, pede a palavra e questiona como o Comitê poderia auxiliar a
311 Coalizão, uma vez que institucionalmente ele não poderá se comprometer. Ele diz que vê a
312 adesão como um ato esvaziado. Lucas Ramalho dá por encerrada a questão da adesão, e passa
313 para o próximo tópico, que trata do parecer elaborado pelo GT 4 sobre a possibilidade de
314 investimento por fundações e institutos em negócios de impacto, sem prejuízo das imunidades
315 e isenções fiscais.

316 Aline Souza, do grupo jurídico do Sistema B, pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas, coordena
317 a área de pesquisa de sustentabilidade econômica de organizações da sociedade civil, faz a
318 abertura do ponto. Ela informa que é a responsável pela ação constante no Documento-Base da
319 Enimpecto de *“Disseminar a possibilidade de organizações da sociedade civil investirem em*
320 *negócios de impacto”* e avisa que o trabalho dela foi muito facilitado pela existência prévia de
321 materiais de doutrina, de entendimento jurídico, publicados por outras organizações, citando
322 três: 1) Parecer contratado pela Força Tarefa em 2015 que descreve as várias possibilidades de
323 investimento de organizações em negócios de impacto, apresentando o impacto tributário e
324 societário de cada tipo de investimento. 2) Parecer de um jurista especializado em temas
325 relacionados ao terceiro setor, que também é curador de fundações do Ministério Público de
326 São Paulo, com muitos anos de experiência, que trata da possibilidade de organizações do
327 terceiro setor fazerem esse tipo de investimento. O entendimento básico contido neste parecer
328 é que esse tipo de investimento auxilia a sustentabilidade econômica destas organizações e são
329 consideradas atividades meio, que não se confundem com as atividades finalísticas das
330 organizações. 3) Publicação do GIFE relatando a experiência, desde 2006, de teste destes tipos
331 de investimento de impacto por institutos e fundações. Aline diz que o primeiro impulso foi o
332 de divulgar todo o acúmulo de experiências que já vinha sendo debatido por estas organizações
333 e iniciativas. No entanto, em dezembro de 2017, saiu um parecer da Receita Federal alterando
334 o entendimento que vinha sendo mantido por vários de seus órgãos. Isso alterou o cenário,
335 criando uma insegurança jurídica sobre os impactos tributários. O foco dessa insegurança é com
336 relação a participação societária quando uma organização sem fins lucrativos é parte de uma
337 sociedade empresária, negócio de impacto ou não, com relação ao impacto tributário que isso
338 acarreta nas isenções e imunidades fiscais. Segundo Aline, há vários pareceres que reconhecem
339 a possibilidade de uma organização sem fins lucrativos ser sócia de uma sociedade empresária.
340 A questão é se ela perderia ou não ou seus benefícios tributários por fazer parte de uma
341 sociedade dessa natureza. Em resumo, há um histórico de doutrina favorável à questão, diversos
342 julgados com hierarquia judicial superior à Receita também favoráveis, mas com um parecer da
343 COSIT contrário, causando um cenário de insegurança jurídica. Nesse sentido, foi elaborado um
344 parecer jurídico na qual foi sistematizado todos os julgados e entendimentos sobre a matéria,
345 tanto no judiciário quanto na esfera administrativa. A recomendação é a de que esse parecer
346 jurídico, elaborado por uma instância da Enimpecto, seja encaminhado para a Casa Civil e, na
347 sequência, ser enviado à Procuradoria Jurídica da Receita Federal, inclusive para a Coordenação
348 do Sistema de Tributação da Secretaria da Receita Federal (COSIT) e Divisão de Tributação das
349 Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (DISIT).

350 Após a apresentação de Aline, Lucas Ramalho ponderou que a elaboração de um parecer desta
351 natureza eleva o padrão de intervenção deste comitê e faz com que ele cumpra o papel de
352 assessoramento ao Governo Federal em assuntos relacionados aos investimentos e negócios de
353 impacto. A intenção é que o Comitê aprove o parecer e apoie o envio dele à Casa Civil e aos
354 órgãos jurídicos competentes.

355 Pedro Florêncio, da Casa Civil, disse que o foco da insegurança jurídica está na Receita Federal,
356 pois parece que o STF já tem entendimento pacificado sobre o tema. A sugestão dele vai no
357 sentido de fazer a consulta diretamente à Receita Federal, sem a necessidade de passar pela
358 Casa Civil.

359 Lucas Ramalho diz que essa possibilidade foi aventada pela Secretaria Executiva do Comitê. No
360 entanto, como o papel do Comitê é o de assessoramento, concluiu-se que melhor seria o
361 encaminhamento à Casa Civil, para que esta organizasse o posicionamento do governo sobre o
362 tema. Além disso, continua Lucas, o parecer chegaria à Procuradoria Jurídica da Receita com
363 muito mais força caso estivesse avalizado pela Casa Civil.

364 Aline Souza diz que diante das análises contidas no Parecer, recomenda que seja encaminhado
365 o Parecer Jurídico para a Subchefia de Assuntos Econômicos da Casa Civil (SAE/CC) para
366 repercussão e providências. Além disso, diz que mapeou 4 caminhos diferentes para que este
367 parecer chegue na Procuradoria Jurídica da Receita: 1) Representação à COSIT por qualquer
368 servidor da administração tributária federal, para solicitar a revisão da Solução de Consulta nº
369 524, de 04 de dezembro de 2017, dado que existem soluções de consulta divergentes sobre a
370 matéria, na forma do artigo 20 da IN 1.396/13; 2) Apresentação à COSIT do presente parecer
371 pela ENIMPACTO, para que seja apreciado na forma do artigo 94, inciso III, do Regimento Interno
372 da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF 430/2017; 3) Notificação à Divisão de Revisão de
373 Normas (Diren) para que, na forma do artigo 101, inciso III do Regimento Interno da Receita
374 Federal, aprovado pela Portaria MF 430/2017, revise o entendimento adotado no Parecer
375 Normativo nº 162, de 11 de setembro de 1974, da Coordenação do Sistema de Tributação da
376 Secretaria da Receita Federal; 4) Solicitação pelo Ministério da Fazenda de levantamento pela
377 Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais (Diaju) e pela Divisão de Acompanhamento
378 e Análise de Jurisprudência Administrativa (Diaja), na forma dos artigos 109, III e 112, III do
379 Regimento Interno da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF 430/2017, de elaboração de
380 estudo para subsidiar a formulação de Parecer Normativo a respeito da matéria, com base na
381 evolução da jurisprudência judicial e administrativa.

382 Pedro Florêncio diz que o parecer não deveria ser enviado a Subchefia de Assuntos Econômicos
383 da Casa Civil, e sim à Subchefia de Assuntos Jurídicos. Mas que mesmo a SAJ não possui um papel
384 consultivo, de forma que ele tem uma resistência a dar esse encaminhamento para a Casa Civil.
385 Ele sugere um outro encaminhamento, que não passe pela Casa Civil, pois ela não possui papel
386 consultivo.

387 Fábio Deboni, do GIFE, parabeniza o GT 4 pelo documento que, segundo ele, está muito bem
388 escrito e contribui para resolver um problema real enfrentado por institutos e fundações.

389 Pedro Florêncio diz que a gestão do Ministro Padilha tem conferido à Casa Civil um caráter de
390 instância recursal entre os órgãos de governo, e que dificilmente ela se posicionaria sobre esse
391 tema. Ele sugere mais uma vez que o tema seja endereçado diretamente à Receita Federal.

392 Após as considerações de Pedro Florêncio, o Comitê decide então encaminhar o Parecer
393 diretamente à Procuradoria Jurídica da Receita Federal. Lucas Ramalho pede que o parecer seja
394 ajustado às recomendações da Comitê e, tão logo o receba, o enviará para a COSIT.

395 Passando para o último ponto pauta, Lucas Ramalho passa a palavra para Valéria Barros, do
396 Sebrae, apresentar a Missão realizada para Portugal com recursos do EUROsociAL. Em cinco
397 minutos, Valéria disse que a Missão foi integrada pelo Sebrae, pelo ICE, pela Anprotec, PNUD e
398 MDIC e que foram visitadas 15 entidades do ecossistema de startups que apoiam a temática em

399 Portugal, destacando a Iniciativa Portugal Inovação Social, o LabX, a experiência de apoio a
400 startups realizado pela Câmara Municipal do Fundão, o Banco Europeu de Investimento, a
401 Fundação Calouste Gulbenkian, a Santa Casa de Misericórdia, a Maze. o Impact Hub de Lisboa,
402 a Incubadora Regional de Impacto Social – IRIS, a Universidade Nova de Lisboa que possui cursos
403 relacionados a Negócios de Impacto, o Professor da Universidade Católica de Lisboa, Filipe dos
404 Santos (idealizador da Iniciativa Portugal Inovação Social), bem como duas startups de impacto:
405 ColorADD (trabalho com daltônicos) e a Cozinha com Alma (integra produtores e oferece
406 alimentos subsidiados para consumidores de baixa renda). Em linhas gerais, o ecossistema de
407 impacto português é bem recente. Apesar disso, Portugal já possui quatro experiências de
408 Títulos de Impacto Social. Um diferencial para o dinamismo do ecossistema português é a
409 existência de uma fundação privada (Gulbenkian) que usa recursos de *Endowment* para apoiar
410 Negócios de Impacto e promover inovação social (Fundação Maze, Títulos de Impacto Social,
411 Editais de apoio, entre outros). Outra instituição importante é a Santa Casa de Misericórdia, uma
412 organização que apoia ações sociais há mais de quatro séculos. Valéria ressaltou que em
413 Portugal eles optaram por usar a terminologia Inovação Social, de forma a abranger tanto
414 Negócios de Impacto quanto Negócios Sociais e outras iniciativas que possam surgir.

415 William da FINEP, dialogando com o uso do termo Inovação Social, disse que o Manual de Oslo
416 atualizou e ampliou o conceito de Inovação de forma a abranger também os processos e
417 tecnologias de organizações intermediárias e sociais.

418 Valéria ressaltou o papel do ICE, na pessoa, do Beto Scretas, na definição e montagem da agenda
419 da Missão em Portugal. Lucas Ramalho diz que a Missão foi inteiramente financiada por um
420 projeto do EUROsociAL que possibilitou a ida de pessoas de diferentes organizações que
421 dificilmente conseguiriam aprovar recursos internos de suas instituições para estarem juntos
422 em uma Missão. Nesse sentido, um time de especialistas no tema de impacto pôde conhecer a
423 realidade portuguesa e, ao mesmo tempo, construir um espírito de time e de colaboração em
424 torno de uma agenda que, na opinião dele, é o resultado mais valioso da iniciativa. Ele agradeceu
425 a ida de todos que participaram e disse que está prevista uma segunda Missão para o Reino
426 Unido em maio de 2019. Ele então agradece mais uma vez a participação de todos, diz que está
427 bastante satisfeito com os resultados alcançados e encerra os trabalhos convidando todos a
428 tirarem uma foto na sala ao lado. As palmas do grupo indicaram o término dos trabalhos.

429

430 E foi encerrada a reunião.

431 Brasília, 06 de dezembro de 2018.

432 Lucas Ramalho Maciel

LISTA DE PRESEÇA 4ª REUNIÃO DO COMITÊ ENIMPACTO

Membro	Titular/Suplente	Organização	E-mail	Telefone	Assinatura
Rafael Henrique Moreira	Titular	MDIC	rafael.moreira@mdic.gov.br	(61) 2027-8285	
Lucas Ramalho Maciel	Suplente	MDIC	lucas.maciell@mdic.gov.br	(61) 98483-3473	
Públio Vieira Valadares Ribeiro	Titular	MCTIC	publio.ribeiro@mctic.gov.br	(61) 2033-8159	
Osório Coelho Guimarães Neto	Suplente	MCTIC	ocoelho@mctic.gov.br	(61) 2033-8168	
Vinicius de Oliveira Botelho	Titular	MDS	vinicius.botelho@mds.gov.br	2030-1501	
Alessandra Xavier Nunes	Suplente	MDS	alessandra.xavier@mds.gov.br	(61) 2030-1600	
Wellington Fernando Valsecchi Favaro	Titular	MF	wellington.favaro@fazenda.gov.br	(61) 3412-2387	
Éilda Francioni Lima Almeida	Suplente	MF	elida.almeida@fazenda.gov.br		
Pedro Celso Rodrigues Fonseca	Titular	MPOG	pedro.rfonseca@planejamento.gov.br		
Edson Teixeira Viana Barros	Suplente	MPOG	edson.barros@planejamento.gov.br	(61) 2020-4435	
Flávio Campestrin Bettarello	Titular	MRE	flavio.bettarello@itamaraty.gov.br	2030-8960	
Felipe Pinheiro Mello	Suplente	MRE	felipe.p.mello@itamaraty.gov.br	2030-8962	
Anna Carolina Aranha	Titular	Pipe Social	carolina@impactix.com.br	(11) 4280-1583	
Mariana Fonseca	Suplente	Pipe Social	mariana@pipe.social	(11) 97148-4879	
Luciana Aguiar	Titular	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD	luciana.aguiar@undp.org	(61) 3038-9008	
Cristiano Prado	Suplente	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD	cristiano.prado@undp.org		
Valéria Pessoa de Queiroz da Costa Barros	Titular	SEBRAE	valeria.barros@sebrae.com.br	(61) 3348-7209	

Alexandre de Oliveira Ambrosini	Suplente	SEBRAE	aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto	alexandre.ambrosini@sebrae.com.br	(61) 98402-7108 (61) 3348-7226	
Carlos Roberto Scretas	Titular	Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto	Investimentos e Negócios de Impacto	beto.scretas@uol.com.br	(11) 98345-2727	<i>Luiz</i>
Rodrigo Menezes	Suplente	Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto	Investimentos e Negócios de Impacto	rodrigo.menezes@derraik.com.br	(11) 3046-4414	
Ricardo Santana	Titular	APEX	Impacto	ricardo.santana@apexbrasil.com.br	3426-0784	
Luiz Carlos T. de Carvalho	Suplente	APEX	Impacto	luiz.carvalho@apexbrasil.com.br	3426-0784	
Jayme Queiroz	Suplente	APEX	Impacto	jayme.queiroz@apexbrasil.com.br	3426-0319	<i>af</i>
Vagner Lacerda Ribeiro	Titular	BB	Impacto	vagnerlr@bb.com.br		
Marco Aurélio Mota Loureiro	Suplente	BB	Impacto	marcoaurerlio@bb.com.br		
Filipe Borsato da Silva	Titular	BNDES	Impacto	filipe.borsato@bndes.gov.br	(21) 3747-6335	
William George Saab	Suplente	BNDES	Impacto	wsaab@bndes.gov.br	(21) 3747-7815	
Antônio Gil Padilha Bernardes	Titular	CAIXA	Impacto	antonio.silveira@caixa.gov.br	(61) 3206-9818	
Adailton Ferreira Trindade	Suplente	CAIXA	Impacto	adailton.trindade@caixa.gov.br	3206-9404	
Pedro Florêncio	Titular	CC	Impacto	pedro.florencio@presidencia.gov.br	(61) 3411-1212	<i>[Signature]</i>
Carlos Antônio Lopes de Araújo	Suplente	CC	Impacto	carlos.antonio@presidencia.gov.br	(61) 3411-1212	
José Ricardo de Santana	Titular	CNPq	Impacto	jose.ricardo@cnpq.br	(61) 3211-9403	
Marcio Ramos de Oliveira	Suplente	CNPq	Impacto	marcior@cnpq.br	(61) 3211-4143	
Cláudio Gonçalves Maes	Titular	CVM	Impacto	maes@cvm.gov.br	(21) 3554-8572	
José Alexandre Cavalcanti Vasco	Suplente	CVM	Impacto	vasco@cvm.gov.br		
Leticia Koepel Mendonça	Titular	ENAP	Impacto	leticia.mendonca@enap.gov.br	(61) 2020-3398	
Manuel Ruas Pereira Coelho	Suplente	ENAP	Impacto	manuel.bonduki@enap.gov.br		
Bonduki	Suplente	ENAP	Impacto			
Luiz Martins de Melo	Titular	FINEP	Impacto	lmartins@finep.gov.br	(21) 2555-0283	<i>[Signature]</i>
William Respondovesk	Suplente	FINEP	Impacto	william@finep.gov.br	(21) 2555-0288	

Florisvaldo Machado - CVM - figoncalves@cvm.gov.br (61) 3327-2039

Humberto Matsuda	Titular	Associação Brasileira de Venture Capital e Private Equity - ABVVCAP	Associação Brasileira de Venture Capital e Private Equity - ABVVCAP	hmatsuda@performainvestimentos.com.br ; marasawa@performainvestimentos.com.br	(11)3263-0577	
Marina Procknor	Suplente	Associação Brasileira de Venture Capital e Private Equity - ABVVCAP	Associação Brasileira de Venture Capital e Private Equity - ABVVCAP	marina@mattosfilho.com.br; andressa.ghidotti@mattosfilho.com.br	(11)3147-7822	
Sheila Oliveira Pires	Titular	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - ANPROTEC	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - ANPROTEC	sheila@anprotec.org.br; secretaria@anprotec.org.br	(61)3202-1555	
Fernanda Bombardi	Suplente	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - ANPROTEC	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - ANPROTEC	fernanda@ice.org.br		
Vanderleia Radaelli	Titular	Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	vanderleiar@iadb.org		
João Marcelo Borges	Suplente	Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	jmborges@iadb.org		

Suely Lima Pereira	Titular	Confederação Nacional da Indústria – CNI	suely.pereira@cni.org.br			
Afonso de Carvalho Costa Lopes	Suplente	Confederação Nacional da Indústria – CNI	afonso.lopes@cni.org.br	(61) 3317-9128		
Fábio Deboni	Titular	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE	fabio@institutosabin.org.br	(61) 3329-8080		
Erika Sanchez Saez	Suplente	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE	erika@gife.org.br			
Maria Rita Spina Bueno	Titular	Instituto Anjos do Brasil	mariarita@anjosdobrasil.net	(11) 3854-0070		
Cassio Spina	Suplente	Instituto Anjos do Brasil	cassio@anjosdobrasil.net			
Marcel Fukayama	Titular	Sistema B (Grupo Jurídico)	marcel@sistemab.org	(11) 99606-7994		
Rachel Avellar Sotomaior Karam	Suplente	Sistema B (Grupo Jurídico)	rachel@teskadadvogados.com.br	(41) 99119-6116		
Rafael Wandrey		SINU/MDC	rafaelwandrey@mdc.gov.br			
ALESSANDRO DANZIS		SINU/MDA	alexander.danzis@mda.gov.br	(61) 2026-8005		
João Couto C. Gama	suplente	CAIXA	joao.camura@caixa.gov.br	(61) 3206-6234		
Adine G. de Souza		Sistema B Grupo Jurídico	adine.souza@fgv.br	(11) 983664184		
RICARDO WANDER		NUPEC	ricardo.wander@nupec.br	(85) 985011001		
JOÃO HÉLIO C. CARVALHO		SEBRAE-AM	joaohelio@AM.Sebrae.com.br	(81) 99982-0594		

MONA PULAS, N.L	GERBAERN	MONA@RUI.SENATE.CORNL	(61) 99760435	
Sheela D. Petrus				
Daniela Aarnts	DUIZES	daniela.aarnts@bndes.gov.br	(21) 2052-6510	
ROSELYN BIRNBAUM	FBI3	roseyb@fbi.org.br	(61) 98186-0612	
LUIZ TOMAZ	FBI3	LUIZ.TOMAZ@Fbi, org.br	(61) 992257447	
MARIANA BERGER	Fundação Assis Guaratinguá Fundação Assis Guaratinguá	mariana.berger@facbrasil.org.br	98168-9128	
Adriana Tomazzo	Chateaubriand Instituto Herb	adriana.tomazzo@facbrasil.org.br	98195 7139	
Deise Nicolleto	ICE	deise.nicolleto@imathub.net	+55 61 991601 5555	
Deborah Petrus	ICE	deborw@ice.org.br	11 963201998	